

## Acórdão nº 9.632/2016/Plenário-TCE/AC

**NATUREZA DO FEITO:** Processo nº 18.913.2014-50-TCE (C/ 02 Volumes e 12 Anexos)  
**ASSUNTO:** Prestação de Contas do Departamento de Pavimentação e Saneamento – DEPASA, exercício de 2013  
**RESPONSÁVEIS:** Senhores **Gildo César Rocha Pinto** e **Felismar Mesquita Moreira** e Senhora **Rosadma Maria de Souza Macedo**  
**RELATOR:** Conselheiro **Antonio Jorge Malheiro**

Prestação de Contas. Departamento de Pavimentação e Saneamento. Ausência de atos de nomeações/designações ou exonerações dos responsáveis pelos Setores de Contabilidade, Patrimônio/Almoxarifado, Financeiro, Controle Interno. Ausência no Parecer sobre as Contas da Autarquia, do exame dos processos licitatórios e da execução dos contratos em vigor, demonstrando o impacto dos investimentos realizados. Ausência no Relatório Circunstanciado do comparativo entre as metas previstas e as realizadas. Ausência da realização de ampla pesquisa de mercado por ocasião das adesões às Atas de Registro de Preços. Contratação temporária de pessoal para a realização de serviços de sua própria atividade-fim, sem a devida realização de concurso público. Dispensa de licitação, objetivando contratação de serviços de motoboy, sem a observância ao princípio constitucional da impessoalidade. Ausência de justificativa técnica e jurídica, bem como composição dos custos que motivaram a contratação de empresa para prestação dos Serviços de Supervisão, Fiscalização, Controle e Gerenciamento das obras da Autarquia. Paralisação de obras sem justificativa, tendo sido realizados pagamentos no exercício relativos às mesmas. Divergência entre o valor total dos pagamentos de diárias apresentado e aquele verificado no Sistema SAFIRA. Irregularidade das contas. Aplicação de multa. Condenação à devolução. Necessidade de observância da legislação vigente para adesões às Atas de Registro de Preços, contratação de serviços e obras e contratação temporária de pessoal. Notificação do Gestor.

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo acima identificado, ACORDAM os Membros do Tribunal de Contas do Estado do Acre, à **unanimidade**, nos termos do **voto do Conselheiro-Relator**: **1)** julgar **irregulares** as Contas do Departamento Estadual de Pavimentação e Saneamento – DEPASA, de responsabilidade dos Senhores **Gildo César Rocha Pinto** e **Felismar Mesquita Moreira**, Diretores Presidentes e da Senhora **Rosadma Maria de Souza Macedo**, Diretora Executiva Administrativa e Financeira, referentes ao exercício de 2013, diante das seguintes falhas e irregularidades: **falhas** – **a)** ausência dos atos de nomeações/designações ou exonerações dos responsáveis pelos Setores de Contabilidade, Patrimônio/Almoxarifado, Financeiro, Controle Interno não atendendo integralmente os preceitos dos artigos 7º e 8º da Resolução TCE/AC nº 062/2008; **b)** ausência no Parecer sobre as Contas da Autarquia, do exame dos processos licitatórios e da execução dos contratos em vigor, demonstrando o impacto dos investimentos realizados, conforme preceitua o art. 4º, inciso II alínea 'd', da Resolução TCE/AC nº 076, de 13 de setembro de 2012; **c)** ausência no Relatório Circunstanciado, do comparativo entre as metas previstas e as realizadas, não

## (Acórdão nº 9.632/2016/Plenário-TCE/AC – Fl. 02 de 03)

demonstrando, assim, se os resultados obtidos foram satisfatórios; **d)** ausência da realização de ampla pesquisa de mercado por ocasião das adesões às Atas de Registro de Preços, que poderiam levar a efetivação de dano ao erário, mas que tal não foi apontado na instrução; **irregularidades – e)** contratação temporária de pessoal para a realização de serviços de sua própria atividade-fim, sem a devida realização de concurso público, contrariando o disposto no art. 37, inciso II e IX, da CF/88; **f)** dispensa de licitação, objetivando contratação de serviços de motoboy, contrariando o disposto no art. 37, da Constituição Federal, pela não observância ao princípio constitucional da impessoalidade; **g)** ausência de justificativa técnica e jurídica demonstrando o custo benefício, bem como memória de cálculo quanto à composição dos custos que motivaram a contratação da empresa Sistema Pri Engenharia Ltda, no valor de R\$ 24.253.444,57 (vinte e quatro milhões, duzentos e cinquenta e três mil, quatrocentos e quarenta e quatro reais e cinquenta e sete centavos), para prestação dos Serviços de Supervisão, Fiscalização, Controle e Gerenciamento das obras da Autarquia; **h)** paralização de 32 (trinta e duas) obras sem justificativa, tendo sido realizados pagamentos no exercício relativos às mesmas, no montante de R\$ 12.763.086,96 (doze milhões, setecentos e sessenta e três mil, oitenta e seis reais e noventa e seis centavos), contrariando as exigências contidas no Anexo VI, inciso XIV, alínea 'c', da Resolução TCE/AC nº 62/2008; e **i)** divergência entre o valor total dos pagamentos de diárias apresentado e aquele verificado no Sistema SAFIRA, no montante de R\$ 36.195,85 (trinta e seis mil, cento e noventa e cinco reais e oitenta e cinco centavos); **2) imputar multa**, no valor de **R\$ 7.280,00** (sete mil, duzentos e oitenta reais) ao Senhor **Gildo César Rocha Pinto** e no valor de **R\$ 7.280,00** (sete mil, duzentos e oitenta reais) ao Senhor **Felismar Mesquita Moreira**, de acordo com o art. 89, inciso II, da Lei Complementar Estadual nº 38/93, em face das irregularidades e falhas acima enumeradas; **3)** condenar à **devolução**, o Sr. **Felismar Mesquita Moreira**, da quantia de **R\$ 36.195,85** (trinta e seis mil, cento e noventa e cinco reais e oitenta e cinco centavos), paga a título de diárias sem apresentação da aplicação da mesma; **4) abrir processo autônomo** para verificação da adequada composição dos preços referentes à contratação da empresa Pri Engenharia Ltda, no valor de R\$ 24.253.444,57 (vinte e quatro milhões, duzentos e cinquenta e três mil, quatrocentos e quarenta e quatro reais e cinquenta e sete centavos), efetiva execução dos serviços de supervisão, fiscalização, controle e gerenciamento das obras de drenagem, rede de esgoto, rede de água e pavimentação de ruas na cidade de Rio Branco, e a regularidade dos pagamentos a ela efetuados; e **5) notificar o atual gestor** para que **observe a legislação vigente por ocasião das adesões às Atas de Registro de Preços, contratação de**

**(Acórdão nº 9.632/2016/Plenário-TCE/AC – Fl. 03 de 03)**

**serviços e obras e contratação temporária de pessoal.** Após as formalidades de estilo, pelo **arquivamento** deste processo. Ausentes, justificadamente, os Excelentíssimos Senhores Conselheiros Antonio Cristovão Correia de Messias e Ronald Polanco Ribeiro.

**Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Acre**

**Rio Branco – Acre, 28 de julho de 2016**

Conselheira **NALUH MARIA LIMA GOUVEIA**  
Presidenta do TCE/AC

Conselheiro **ANTONIO JORGE MALHEIRO**  
Relator

Fui presente:

**MARIO SERGIO NERI DE OLIVEIRA**  
Procurador-Chefe do MPE/TCE/AC